



## ESTUDO SOBRE AS METODOLOGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADAS AS ATIVIDADES TURÍSTICO-RECREATIVAS NA NATUREZA

Fernando Protti Bueno – UNESP - Campus Rosana  
[fernando@rosana.unesp.br](mailto:fernando@rosana.unesp.br)

### Resumo

A crescente busca pela natureza para a realização de atividades turístico-recreativas tem levado os visitantes a uma experiência de contemplação utilitária do ambiente natural, muitas vezes impossibilitando a ampliação da compreensão e afinidade para com esse ambiente. Assim, essa pesquisa teve por objetivo identificar e descrever as possíveis metodologias de educação ambiental aplicadas ao contexto das atividades turísticas em áreas naturais. Para tanto, adotaram-se como procedimentos metodológicos o método indutivo com abordagem qualitativa, bem como o uso de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta e análise dos dados. Considera-se que as metodologias de educação ambiental não-formais identificadas, como aprendizado sequencial, interpretação ambiental e educação experiencial, podem ser aplicadas ao contexto turístico-recreativo em áreas naturais e possibilitam uma melhor compreensão e maior relação do visitante com o ambiente natural, em função destas estarem relacionadas à prática de vivências baseadas na ampliação do contato por sentidos e sentimentos.

**Palavras-chave:** Educação ambiental não-formal. Turismo. Áreas naturais.

### Abstract

The raising quest for touristic and recreative activities realization has taken visitors to an useful sightseeing experience at natural environments, sometimes avoiding the comprehension's enlargement and the affinity to this environment. So, this research had as objective identifying and describing the possible environment education methodologies applied to the context of touristic unities in natural areas. That's why methodologic procedures were adopted like the inductive method with qualitative approaching, as well as the use of some bibliographic and documental research techniques to collect and analyze the data. It's considered that the informal environment education methodologies identified, like the sequential learning, environment interpretation and experimental education, might be applied to the recreative touristic context in natural areas and the are possible to create a better comprehension and relation of the visitor to the natural environment, because the first ones are connected to the practice of living activities based on the contact application through senses and feelings.

**Key word:** Unformal environment education. Tourism. Natural areas.

## **Introdução**

A busca por ambientes naturais para o desenvolvimento de atividades turístico-recreativas tem se tornado uma constante, principalmente, em função da motivação pelo contato com a natureza, onde os elementos naturais estão e são valorizados pela sociedade pós-industrial. Entretanto, se tem ciência de que estas áreas são consideradas frágeis e suscetíveis aos constantes impactos ocasionados por sua utilização/visitação. Assim, torna-se necessário desenvolver formas para que seja possível a sua adequada utilização.

Diante disso, pressupõe-se que existam formas de inter-relacionar a visitação turístico-recreativa e a conservação da natureza nessas áreas naturais. Por isso, essa pesquisa teve por objetivo identificar e descrever as possíveis metodologias de educação ambiental aplicadas ao contexto das atividades turísticas em áreas naturais.

Para se chegar a esse objetivo, partiu-se do pressuposto que a educação ambiental, tida como uma das formas de se conciliar a visitação e a conservação, acima supracitadas, aplicada ao contexto turístico-recreativo em áreas naturais tem sido demasiadamente caracterizada pelo desenvolvimento de uma alta quantidade de informações técnicas e científicas sobre o ambiente natural, expressas de modo verbal/oral, bem como pelo ‘adestramento’ dos visitantes em relação ao uso dos recursos naturais. Assim, essas visitas a natureza passam a ser tidas apenas como uma forma utilitária de contemplação da natureza.

Acredita-se, assim, que essas formas não oportunizam aos visitantes a possibilidade de sentir e perceber a natureza, tidas como critérios para se estabelecer uma maior e melhor relação da sociedade com a natureza, priorizando a conservação da natureza, bem como as mudanças de comportamentos e atitudes em relação à natureza.

No intuito de atingir os objetivos dessa pesquisa exploratória adotaram-se como procedimentos metodológicos o método indutivo, que a partir dos pressupostos estabelecidos teve o interesse de fomentar conclusões prováveis, mas sem garantir uma conclusão generalista extremamente verdadeira, ou seja, as metodologias de educação ambiental não-formal identificadas por essa pesquisa podem e deveriam ser aplicadas as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais por serem capazes de fomentar, a mudança de valores e atitudes perante a relação da sociedade com a conservação da natureza (MARCONI e LAKATOS, 2007).

A partir do método indutivo, agrega-se a abordagem qualitativa da pesquisa com o intuito de compreender o processo educativo proporcionado pelas metodologias de educação ambiental identificadas, bem como, as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para coleta e análise dos dados (MARCONI e LAKATOS, 2007. RICHARDSON, 1999).

## **A natureza como espaço para o desenvolvimento da educação ambiental em práticas turísticas**

Durante todas as épocas da história da humanidade o interesse, a relação e a busca por ambientes naturais pelo ser humano tanto como forma de exploração e aproveitamento dos recursos naturais, bem como, forma de desfrute pessoal com benefícios físicos, culturais, psicológicos e espirituais, sempre estiveram em seu subconsciente como sendo uma de suas necessidades básicas e imediatas. Esse fato pode ser explicado pelo ser humano deter a curiosidade e a nostalgia pela busca de algo novo ou inédito, na tentativa de reaproximar-se da natureza como sendo um reencontro

com o paraíso perdido ou um mito do eterno retorno (CASCINO, 1998. PIRES, 2002. RODRIGUES, 2003).

Assim, em períodos passados, as viagens à natureza já se destacavam como uma forma de lazer, onde citam-se o desenvolvimento de práticas como o montanhismo nos Alpes (séc. XVIII), as visitas aos parques nacionais norte-americanos (*Yellowstone*, inaugurado em 1872 e *Yosemite* em 1896) e os safáris de caça (no início do séc. XX), bem como, os safáris fotográficos (a partir da metade do séc. XX), ambos na África (SERRANO, 2000b. WESTERN, 2002).

Já na atualidade, devido à constante prática de deslocamento de pessoas com fins turístico-recreativos a determinadas localidades, o setor turístico tem se tornado um dos principais setores sócio-econômicos do mundo e, segundo a OMT (2003), uma das tendências para esse setor é a acentuada busca por áreas naturais, com o intuito de contemplação da natureza e de desenvolvimento de práticas que envolvam a aventura. Fato esse que, no caso brasileiro, por exemplo, pode ser constatado a partir da exposição em mídias impressas (revistas especializadas) que vinculam os principais destinos turísticos às áreas naturais do país.

Apesar das atividades, de uma maneira geral, estarem salvaguardadas sob o rótulo amplo, denominado de ecoturismo<sup>1</sup>, salienta-se a necessidade, independente de sua denominação e tipologias (turismo na natureza, ecoturismo ou turismo de aventura), de se desenvolver processos educativos que vislumbrem os objetivos e princípios da educação ambiental delineados no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, na Política Nacional de Educação Ambiental e no Programa Nacional de Educação Ambiental, para que assim seja possível por meio do contexto de lazer e turismo, e das atividades de recreação se desenvolver ações educativas em prol da mudança de valores, atitudes e comportamentos para uma melhor e mais qualitativa experiência dos visitantes com o meio (conservação da natureza), consigo próprio (valores) e com os demais indivíduos da sociedade (solidariedade, respeito e cidadania).

Assim, acredita-se nessa possibilidade a partir do momento em que a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977 *apud* SATO, 1999), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992 *apud* PRONEA, 2005) e a PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) consideraram a educação ambiental enquanto um processo educativo pelo qual a sociedade constrói e reconhece seus valores sociais e, com isso, modificam suas atitudes em relação ao ambiente, pois compreendem a sua importância e o seu significado para a vida.

Em geral, o papel da educação ambiental tem sido estimular uma ‘nova’ relação (integração) entre a sociedade e o seu ambiente, promovendo condutas capazes de envolver as pessoas com as questões ambientais e, isso, se torna possível, a partir da insistência na eficácia do ambiente natural como uma estratégia de aprendizagem – educação para, pelo e com o ambiente natural (DIAS, 1993. LEONARDI, 1999).

Dessa forma, a aplicação da educação ambiental ao turismo, compreende uma das classificações da educação ambiental quanto ao espaço onde é realizada (educação

---

<sup>1</sup> Conforme evidenciam Pires (2002) e Serrano (2000b), o ecoturismo tem sido considerado como uma ampla e indiscriminada rotulação, uma espécie de idéia ‘guarda-chuva’, que representa um conjunto variado e pouco definido de atividades e de atitudes relacionadas ao turismo e aos ambientes naturais conservados.

ambiental não-formal), bem como, uma das correntes da educação ambiental (educação ao ar livre) (LEONARDI, 1999. SORRENTINO, 1995 *apud* LEONARDI, 1999). Essa possibilidade de se vincular processos educativos em contextos turístico-recreativos, já fora anteriormente pontuados, pelas DPNE – Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BARROS II. LA PENHA, 1994) que objetivou a promoção e o aproveitamento do turismo como um veículo de educação ambiental, bem como, pela PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), que enfatizou a educação ambiental não-formal como uma das formas de se sensibilizar a sociedade para a importância da conservação das áreas naturais, incentivando assim, a visitação turística dessas áreas.

Diante disso, a educação ambiental aplicada ao turismo pode ser compreendida, conforme pontua Bueno (2006), como um essencial componente e, ao mesmo tempo, como uma ferramenta para o turismo. Ademais, Cascino (1998) e Mendonça (2005a, 2005b), inferem que as experiências turísticas em contato com a natureza, a priori, possuem elevado potencial para a interiorização dos princípios da educação ambiental, pois além de promoverem e tornarem os indivíduos conscientes das relações estabelecidas consigo, com os outros e com o ambiente natural, ainda possibilitam um rompimento, a partir dos comportamentos e dos costumes mais cotidianos, necessário para a reflexão sobre os valores e os desejos intrínsecos ao ser humano. E, desse modo, promove-se uma nova energia, a partir da criatividade e da afetividade, passível de originar novos pensamentos que levarão a uma ação<sup>2</sup>, de mudança e de transformação social, necessária a conjugar e reconciliar a presença humana no planeta.

Entretanto, para que essa visita a natureza, com fins turístico-recreativos, não seja mera contemplação utilitária da natureza, há que se considerar a inserção de metodologias de educação ambiental não-formal que possam informar e sensibilizar os turistas sobre a sua adequada conduta nas áreas naturais visitadas, bem como, sobre o processo de compreensão e relação da sociedade com a natureza, de modo a promover uma experiência significativa.

Mas, ainda sim, questionam-se quais seriam as formas com que a educação ambiental não-formal, realizada ao ar livre (áreas naturais), poderia utilizar para sensibilizar efetivamente a sociedade, bem como, em um âmbito mais específico, quais seriam as formas de aplicação dessa educação ambiental no turismo realizado em áreas naturais?

Para isso, necessita-se entender como essa educação ambiental é aplicada ao turismo, necessariamente sendo composta por um processo educativo e não meramente por informações ambientais ou como forma de adestramento ambiental.

### **Metodologias de Educação Ambiental**

As metodologias de educação ambiental não-formal (ao ar livre) representam aqui as maneiras, os instrumentos e as ferramentas empregadas ao desenvolvimento de tais práticas educativas em um suposto contexto turístico-recreativo. Abaixo, então, as metodologias serão apresentadas de modo sucinto exatamente sendo pautadas em suas características que levam as ações e processos educativos.

---

<sup>2</sup> Esse processo de ‘pensamentos que levam a uma ação’ nos remete aos processos de sensibilização e conscientização descritos por Freire (1980) e Guimarães (2005), que pontuam que o ato de sensibilizar denota o ‘tocar’ profundamente os sentidos de determinado indivíduo, ao passo que conscientizar, indica um processo de interiorização dos valores apreendidos pela sensibilização e a conseqüente ação proveniente dos mesmos. Sendo assim, a conscientização está baseada na idéia da consciência em ação.

## **Aprendizado seqüencial (AS)**

As possíveis experiências que se pode ter com a natureza fizeram o naturalista Joseph Cornell, profundo conhecedor de percepções na natureza e de educação ao ar livre, elaborar uma metodologia considerada original, que auxilia e, ao mesmo tempo, trata de maneira profunda a interação que se pode ter com a natureza (MENDONÇA, 2000).

Joseph Cornell difundiu seu trabalho e sua metodologia por meio da Fundação *Sharing Nature*, com sede nos Estados Unidos e representada em vários países, inclusive no Brasil, pelo Instituto Romã e por sua coordenadora Rita Mendonça.

Para tanto, a *Sharing Nature* criou um método estruturado (estratégia de ensino), denominado ‘Aprendizado Seqüencial’<sup>3</sup> para trabalhar com a sensibilidade das pessoas e com as complexas relações humanas provenientes das mesmas, vislumbrando sempre a possibilidade de proporcionar as pessoas experiências profundas com a natureza a partir de sua estratégia de ensino, que consiste na escolha de atividades lúdicas adequadas, como dinâmicas e jogos, a serem desenvolvidos em áreas naturais protegidas. Essas áreas se tornam privilegiadas, pois proporcionam experiências mais profundas de interiorização e imersão dos indivíduos participantes (MENDONÇA, 2006).

Cornell (1997) considera o aprendizado seqüencial como uma das maneiras pela qual a educação ambiental organiza suas atividades com o intuito de proporcionar experiências puramente positivas com a natureza, que possibilitam ao indivíduo praticante penetrar de maneira completa no espírito do mundo natural, auxiliando assim, a descoberta interna do profundo sentimento de pertinência e compreensão relacionado a esse mundo. O autor afirma ainda que o desenvolvimento de sentimentos de afetividade e de preocupação para consigo, com os outros, bem como, para com o ambiente natural e para os demais seres que nos cercam, é a base para a construção de um processo educativo, pois caso contrário, as pessoas nunca serão tocadas de maneira profunda.

Assim, ao desenvolver o aprendizado seqüencial, Joseph Cornell pensou em estabelecer e proporcionar uma melhor relação dos indivíduos com a natureza, pois ao longo de suas experiências com a natureza percebeu que havia uma seqüência a ser trabalhada para que as atividades fossem mais produtivas, assim, concluiu que as pessoas reagiam favoravelmente à seqüência determinada, posteriormente por ele, em função desta se harmonizar a determinados aspectos da natureza humana. Assim, considera o aprendizado seqüencial um simples, porém, poderoso sistema de ensino baseado em princípios universais de consciência e de como as pessoas aprendem por meio de experiências (CORNELL, 1997. SHARING NATURE FOUNDATION, 2008b).

Em função disso, o método traz em sua proposta metodológica a realização de dinâmicas e jogos, organizados e direcionados perante uma seqüência de 04 estágios – despertar do entusiasmo, concentrar a atenção, dirigir a experiência e compartilhar a inspiração – desenvolvidos de forma sutil, gradativa e divertida, com a intenção de criar um fluxo de energia, que vá de um estado de maior agitação para um estado de maior concentração da atenção e envolvimento, sendo que esses estágios fluem de um para o outro de maneira suave e natural, configurando assim, um processo educativo, onde o indivíduo passa pelos diferentes estágios e alcança as estruturas mentais proporcionadas

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que a tradução do inglês *Flow Learning*, tem sido até o momento a melhor expressão encontrada e utilizada para representar o ‘fluxo do aprendizado’.

pelas experiências diretas e profundas com a natureza (CORNELL, 1997. INSTITUTO ROMÃ, [2005?]. INSTITUTO ROMÃ, 2008b).

Cornell (1997, 2008) explica que o estágio 1 - ‘Despertar o entusiasmo’, é marcado pela diversão e pelo desenvolvimento de atividades que geram um intenso fluxo de energia, no sentido de haver um crescente interesse por aquilo que está sendo feito, por isso também, simbolizou esse estágio pela imagem de uma lontra, que é um animal de extrema vivacidade e por ser o único que brinca durante toda a vida adulta. Mendonça (2006) complementa que o estágio um também em meio ao entusiasmo tem a intenção de tornar o grupo homogêneo, no sentido dos graus de agitação e de consciência de grupo.

Depois de entusiasmar, relaxar e captar a atenção dos participantes, os mesmos estarão eufóricos em função do divertimento das atividades do estágio 1. Assim, o estágio 2 - ‘Concentrar a atenção’, é necessário, conforme Cornell (1997, 2008) pontua, para se conduzir o entusiasmo na direção de uma atenção mais refinada, somente assim será possível perceber a natureza e, ao mesmo tempo, dispor de calma, atenção e entusiasmo. Esse estágio é simbolizado pela imagem de um corvo, pois se refere a um animal ativo e inteligente, sempre observando o que acontece com muita perspicácia.

Alguns grupos demandam um maior tempo para se concentrarem, assim, para ter certeza de quando iniciar o estágio 3, o educador<sup>4</sup> deve-se perguntar se o grupo já estaria preparado e concentrado para as atividades mais sensíveis, para uma ‘Experiência direta’. Cornell (1997, 2008) cita que nesse terceiro estágio, o intuito é experimentar o contato direto com a natureza, abrir o coração das pessoas e intensificar um ou mais sentidos, para que os participantes possam descobrir um íntimo e profundo sentimento de pertencimento e compreensão. A imagem que simboliza esse estágio é a do urso, pois além de ser muito curioso e solitário, seu comportamento traz à simbologia de uma experiência direta e profunda com a natureza.

Por fim, o estágio 4 ‘Compartilhar a inspiração’ é o momento em que os integrantes do grupo estão calmos, alegres e sensíveis a ouvir e contar (compartilhar) suas histórias, seus sentimentos, suas emoções etc. Agora é o momento propício para a inserção de atividades que contemplem o lado bonito e tocante da natureza. Esse estágio é simbolizado pela imagem do golfinho por ser uma criatura propícia à vida em sociedade, dedicada ao próximo e por ter consciência sobre as demais formas de vida e os demais indivíduos.

Contudo, como fundamentos dessa metodologia há a crença de que o aprendizado efetivo deva incluir e, por vezes até priorizar, a vivência e a experiência, sendo que apenas as transmissões de informações, por mais importantes que sejam não são suficientes para promover o aprofundamento, o enraizamento e o estímulo às mudanças de comportamentos. Nesse sentido, salienta-se que o aprendizado proporcionado por meio da experiência não é algo novo, mas a novidade dessa técnica está baseada nos diferentes estágios que a compõe, pois auxiliam os indivíduos a alcançarem uma estrutura mental ocasionada pelo potencial que a experiência direta e profunda permite. Assim, o aprendizado sequencial tem o poder de auxiliar as pessoas a esquecerem as suas preocupações, permitindo que elas se descontraíam, se divirtam e apreciem a natureza, sugerindo que o aprendizado seja por inteiro (corpo e mente), pois

---

<sup>4</sup> Cornell (1996, 2005), faz algumas sugestões para ser um eficiente educador na natureza, citando como regras: ensine menos e compartilhe mais, seja receptivo e sensível, concentre a atenção dos participantes, observe e sinta primeiro e fale depois, e crie um clima de alegria que prevaleça durante toda a experiência.

o método é, ao mesmo tempo, pedagógico e terapêutico, sendo que diante desse processo (dos estágios) o indivíduo acalma a mente e realiza melhor suas atividades, aprendendo a ouvir, a respeitar os outros e a refletir sobre suas necessidades e seus desejos (CORNELL, 1997. INSTITUTO ROMÃ, 2008b. MENDONÇA, 2000, 2006).

No Brasil, o intuito de aplicar a afetividade e o aprendizado pelos sentidos em diversas atividades turístico-recreativas tem possibilitado o desenvolvimento de experiências, que segundo Mendonça (2000, p. 152), constituem-se em adaptações da metodologia, pois observou-se que “[...] a simples visita à natureza nem sempre é suficiente para proporcionar ao visitante uma empatia com as outras formas de vida e uma interação pessoal com elas”. Assim, a autora coloca ainda que

[...] a grande vantagem em se buscar promover uma visita mais consciente está no conhecimento de seu potencial transformador dos indivíduos que, ao voltar renovados para a casa possam desejar a busca de estruturar sua vida com maior qualidade e responsabilidade (*Ibid.*, p. 153).

Diante disso, as atividades que aplicam o aprendizado seqüencial, segundo Mendonça (2000, 2005a, 2005b), são realizadas pelo Instituto Romã nos parques de São Paulo, como o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, o Parque Estadual da Cantareira e o Parque Estadual do Itinguçu, e consistem em atividades lúdicas que vão desde uma simples contemplação da beleza natural até o desenvolvimento de um programa educativo com a aplicação de um roteiro de atividades, antecipadamente planejadas, de acordo com o perfil do público e com o espaço físico disponível, tendo duração média de duas horas ou até três dias e seguem os estágios propostos por Cornell.

### **Interpretação ambiental (IA)**

A interpretação configura-se tanto como o ato quanto como um enfoque da comunicação, sendo então considerada, como uma forma de estabelecer a comunicação entre os indivíduos tanto por meio de mensagens quanto por meio de emoções em relação à temática proposta para a apresentação (HAM, 1992. MURTA e GOODEY, 2003).

Freeman Tilden, no intuito de entender como as pessoas melhor se comunicam foi o primeiro autor a definir a interpretação, enfatizando esse meio de comunicação pela possibilidade de troca de idéias e relações ao invés da simples informação de fatos e números isolados. Assim, conceituou interpretação como “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, através de experiências de primeira mão e meios ilustrativos ao invés de simplesmente comunicar informações literais” (TILDEN, 1957 *apud* HAM, 1992, p. 03).

Ademais, ao tratar da interpretação de patrimônios culturais e naturais, Murta e Goodey (2003, p. 13), ressaltam que “mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade”.

Especificamente em relação às questões ambientais, Ham (1992, p. 03) comenta que a interpretação ambiental, envolve “[...] a tradução da linguagem técnica de uma ciência natural ou área relacionada em termos e idéias que as pessoas em geral, que não são cientistas, possam entender facilmente e implica em fazê-la de forma que seja entretida e interessante para eles”.

Assim, tendo como enfoque a utilização da interpretação nos processos que compreendem a visitação turístico-recreativa em áreas naturais, assume-se a tentativa de, por meio desse processo de comunicação, ajudar o público a entender e apreciar as informações e ensinamentos que se quer mostrar ou transmitir, sempre no intuito de despertar atitudes comprometidas em relação à conservação da natureza (DELGADO, 2000. HAM, 1992. MURTA e GOODEY, 2003).

Diante disso, Ham (1992) evidencia que a característica educacional da interpretação está centrada no modo como a mesma está organizada e isso faz com que a mesma se diferencie dos outros modos de transmissão de informações. Assim, este mesmo autor, afirma que a abordagem interpretativa da educação deva estar centrada em quatro qualidades:

- 1- a interpretação é amena;
- 2- a interpretação é pertinente;
- 3- a interpretação é organizada;
- 4- a interpretação tem um tema.

De acordo com este autor (*Ibid.*) a interpretação é amena porque entretém, mesmo sem ser o seu principal objetivo, é uma de suas essenciais qualidades para manter a atenção dos participantes. Esta atenção caracteriza-se como não-cativa, pois se os participantes decidem permanecer e prestar atenção, apenas o fazem porque desejam, ou seja, não são obrigados a participar. É pertinente por revelar significados pessoais, e desse modo, ser capaz de estabelecer relações a alguma experiência particular. É organizada por ser fácil de seguir, não sendo necessários grandes esforços do público participante em reter atenção. E, por fim, é temática por possuir um tema principal nas mensagens e informações transmitidas, bem como em todo o planejamento e nas estratégias interpretativas a serem adotadas.

Interpretar constitui-se, então, nas idéias de Murta e Goodey (2003) em um processo de comunicação que visa valorar a experiência do visitante, ressaltando as representações e as informações que sejam relativas às características históricas, culturais e naturais de uma determinada localidade. Assim, indicam ainda que os meios de interpretação estão agrupados nas categorias de interpretação ao vivo, textos e publicações, e com base no design (exibições estáticas ou animadas).

O turismo em áreas naturais se utiliza, principalmente, da interpretação ao vivo ao disponibilizar um intérprete<sup>5</sup> para a condução e orientação dos visitantes, nas chamadas trilhas guiadas, e também da interpretação com base no design, especificamente, nas exibições estáticas, utilizando-se de placas, painéis ou letreiros, estrategicamente colocados em pontos de parada/observação/interpretação, nas chamadas trilhas auto-guiadas.

Exatamente em relação às trilhas interpretativas, guiadas ou autoguiadas, Vasconcelos (2003) informa que estas são uma das principais atividades e comumente realizadas em áreas naturais, principalmente nos Parques Nacionais, para a recepção e condução dos visitantes.

Ao enfatizarem outras técnicas relacionadas aos diferentes meios de interpretação, ainda relacionadas às categorias supracitadas, Murta e Goodey (2003) possibilitam a identificação do uso de folhetos informativos/interpretativos, palestras

---

<sup>5</sup> Nesse caso, ser um intérprete, independente de sua profissão ou área de atuação, significa saber sobre comunicação e ser capaz de reconhecer e explicar as características que a fazem funcionar melhor, para possibilitar ao visitante a descoberta dos fatos por meio de suas observações, sentidos e experiências (HAM, 1992. MURTA e GOODEY, 2003).



expositivas e centros de visitantes/interpretativos. Todas estas técnicas mencionadas devem se utilizar das qualidades intrínsecas da interpretação ambiental para que possam proporcionar os estímulos e entendimentos que garantam afinidades dos visitantes para com o ambiente visitado.

Murta e Goodey (2003) e Vasconcelos (2003) apresentam algumas orientações quanto ao desenvolvimento de um efetivo programa de educação e interpretação ambiental para a visitação turístico-recreativa em áreas naturais, citando ser necessário atentar-se a três etapas distintas: o planejamento, a implantação e a avaliação. Tilden (1967 *apud* MURTA e GOODEY, 2003, p. 18, grifos do autor) esclarece ainda que indiferente aos meios ou técnicas utilizadas, o esquema interpretativo deve ser norteado por seis princípios:

- 1-sempre *focalizar os sentidos do visitante*, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente;
- 2-*revelar sentidos* com base na informação e não apenas informar;
- 3-*utilizar muitas artes visuais e de animação*, seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico;
- 4-*não apenas instruir, mas provocar*, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado;
- 5-*apresentar a história completa, em vez de parte desta*; dirigir-se à pessoa inteira;
- 6-ser acessível a um *público o mais amplo possível*, levando em consideração necessidades especiais.

Por fim, salienta-se que a escolha das estratégias interpretativas, juntamente com seus meios e técnicas, dependerá única e exclusivamente do objetivo proposto no plano interpretativo do local ou da temática escolhida, bem como das características (perfil) e quantidade de pessoas/visitantes envolvidos.

### **Educação experiencial (EE)**

Um dos primeiros programas de educação ao ar livre nos Estados Unidos surgiu segundo Barros (2000), quando o educador alemão, Kurt Hahn, em 1941 fundou a primeira escola *Outward Bound*<sup>6</sup>, com o intuito de treinar jovens marinheiros que iriam à guerra para que percebessem e acreditassem em seu potencial e sua força, pois estavam morrendo em maior quantidade do que os marinheiros mais velhos.

Atualmente, a *Outward Bound* é uma organização internacional sem fins lucrativos que atua em 32 países, estabelecendo padrões para a educação ao ar livre (*outdoor education*), entendida por Barros (2000, p. 90) como

“[...] uma prática educacional que utiliza como recursos educativos desafios encontrados em ambientes naturais [...] [objetivando] o desenvolvimento educacional do ser humano impelindo-o a situações de aventura<sup>7</sup> de modo que ele possa confrontar aspectos de si mesmo, os quais ele possivelmente não conhecia”.

---

<sup>6</sup> A autora (*Ibid.*) descreve ainda que Hahn escolheu o nome *Outward Bound* por ser um jargão náutico que significa o momento em que o navio deixa a segurança do porto e se lança aos perigos e aventuras advindas do mar aberto, estando então, em ‘*outward bound*’.

<sup>7</sup> Tem sido uma novidade utilizar-se da aventura em áreas de lazer e educação, assim, o desejo de utilização está em consonância ao descobrir o desconhecido, por meio de atividades que gerem resultados incertos, ou seja, que envolvem risco e/ou perigo (BARROS, 2000).

Para tanto, os programas de educação ao ar livre, em sua maioria, utilizam-se da metodologia de educação experiencial, que consiste no uso dos ambientes naturais, enquanto ambiente pedagógico, e na interação do indivíduo consigo, com seu grupo e com o ambiente, sendo que “a aprendizagem se dá pela vivência de determinadas situações e não pela assimilação de conceitos” (BARROS, 2000, p. 103).

Segundo a *Outward Bound Brasil – OBB* (2005) a metodologia experiencial é utilizada como principal ferramenta de desenvolvimento humano por visar essencialmente à promoção de uma experiência a um indivíduo e, posteriormente, o auxílio à reflexão desta experiência, já que a condução ao aprendizado depende não só da experiência e de seu desafio intrínseco, mas também da reflexão acerca dessas situações. Para tanto, a aplicação dessa metodologia depende da existência de diferentes elementos e de sua aplicação sistematizada, como pode ser visualizado na figura 01.



Figura 01 – Estrutura da educação experiencial  
Fonte: OBB (2005)

Desse modo, visualiza-se o ciclo de aprendizado experiencial que pode se explicado por Luckner & Nadler (1992 *apud* BARROS, 2000, p. 99) quando citam que no estágio estrutura, estão as estruturas necessárias para as experiências, como equipamentos, educadores, educandos, bem como o próprio ambiente natural. Assim, a estrutura da experiência está composta pela busca de padrões, “[...] feita ao explorar emoções, pensamentos, comportamentos e observações que ocorram com alguma regularidade”. A partir, então, da compreensão desses padrões há a possibilidade de identificar o desafio futuro para, posteriormente, aplicar as estruturas apreendidas a experiência vivida.

No estágio experiência o indivíduo participa de atividades planejadas, que envolvem aventura, com riscos e perigos incertos, com a intenção de atingir certo aprendizado. E no estágio reflexão, salienta-se que a experiência é insuficiente para a concretização do aprendizado, sendo necessário refletir sobre a experiência vivida e as do passado. Os autores (*Ibid.*) colocam ainda que “é o processo da reflexão que torna a experiência em aprendizado experiencial”, sendo necessário refletir sobre o que “[...] viram, sentiram e pensaram [...]” durante as atividades praticadas, fazendo-o de modo individual ou coletivamente.

Além desses elementos, a OBB (2005) ressalta ainda dois outros também importantes e que estão por trás dos outros quatro supracitados, que são o suporte e o retorno (*feedback*), sendo que se pressupõe a existência do primeiro em todas as

experiências, já que este permite que do estímulo à confiança o indivíduo realize constantes tentativas de superação e experimentação e que em contrapartida, o retorno de informações do educador para o participante, sobre o que este último vem fazendo, funciona como uma ferramenta de equilíbrio da responsabilidade entre ambos, esta entendida nesse contexto, como a autonomia na tomada de decisões, a capacidade de resolução de situações inesperadas e novas, e enfim, a habilidade de resposta à estímulos.

De acordo com Barros (2000, p. 101), esse envolvimento do indivíduo com a natureza por meio da educação experiencial pode ter a duração de poucas horas ou mesmo durar meses. Isso faz com que as experiências diretas sejam capazes de “[...] promover um maior sentimento de empatia e níveis maiores de interesse por problemas relacionados aos recursos naturais”.

Contudo, Barros (2000) ainda informa que a aplicação dessa metodologia em atividades turístico-recreativas em áreas naturais, tem sido nula ou diminuta, mas tem-se um cenário bastante propenso a aplicação de aprendizados pela aventura nos esportes radicais, que contextualizam o chamado turismo de aventura, mas sem se utilizar especificamente dessa metodologia.

### **Considerações finais**

Ao vislumbrar e compreender a necessidade de aplicação de formas educativas no contexto da realização de atividades turístico-recreativas em áreas naturais, tem-se a visualização de formas educativas pautadas exclusivamente na transmissão de informações técnicas aos visitantes. Assim, acredita-se na necessidade de aplicar metodologias de educação ambiental não-formais que possam atender ao processo educativo – sensibilização e conscientização, bem como acredita-se que o contato com a natureza pode possibilitar o alcance dos objetivos da educação ambiental e ao mesmo tempo promover uma experiência significativa e reconfortante aos visitantes das áreas naturais, mas isso só será possível a partir do momento em que se planeja a visita ao ambiente natural.

Diante disso, a pesquisa revelou as metodologias de aprendizado seqüencial, interpretação ambiental e educação experiencial, como formas diferenciadas que atuam basicamente com as experiências diretas dos visitantes, bem como com os seus sentidos e sentimentos, como forma de possibilitar significados e desenvolver atitudes e comportamentos benéficos a sociedade e a natureza.

A partir de suas compreensões, acredita-se que o ideal talvez fosse a inter-relação de cada uma de suas principais características, como por exemplo, os sentimentos, a informação e os sentidos/desafios, em um efetivo programa de educação ambiental para as áreas naturais protegidas. Assim, acredita-se na possibilidade de se estabelecer melhores formas de sensibilização e quiçá um processo educativo, que vincule e intermedeie a informação e a vivência no real atendimento ao objetivo da educação ambiental brasileira, principalmente, de maneira não-formal em áreas naturais.

Por fim, outro ponto a se considerar está relacionado ao fato do desconhecimento de como as áreas naturais protegidas tem aplicado educação ambiental aos seus visitantes, em um contexto turístico-recreativo. Assim, pressupõe-se como possibilidades de pesquisas futuras, a análise de como e se estas áreas desenvolvem formas educativas e o quanto estariam próximas as estas metodologias identificadas, bem como quais seriam seus efeitos/benefícios para a conservação da natureza e para a inter-relação da sociedade com a natureza.

## Referências bibliográficas

BARROS, Maria Isabel Armando de. **Outdoor education**: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura. *In*: SERRANO, Célia (Org.) **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000, p. 85-110.

BARROS II, Silvio Magalhães; LA PENHA, Denise Hamú M. (Coord.). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. **Lex**: legislação federal. Brasília: DF; 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/lei979599.pdf>> Acesso em: 23 out. 2005.

BUENO, Fernando Protti. As relações entre ecoturismo e educação ambiental no Pólo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina. **Dissertação** (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú. 2006.

CASCINO, Fábio. Do turismo convencional ao ecolazer: análise dos fundamentos éticos e estéticos do lazer associado à natureza. **CEDEC**: debates socio ambientais, ano III, nº9, p. 08-10, mar./jun., 1998.

CORNELL, Joseph. **Brincar e aprender com a natureza**: um guia sobre a natureza para pais e professores. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A alegria de brincar com a natureza**: atividades na natureza para todas as idades. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vivências com a natureza**: guia de atividades para pais e educadores. São Paulo: Aquariana, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vivências com a natureza 2**: novas atividades para pais e educadores. São Paulo: Aquariana, 2008.

DELGADO, Jesus. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. *In*: SERRANO, Célia (Org.) **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000, p. 155-169.

DIAS, Genebaldo Freire. A educação ambiental: valores humanos e estilos de vida sustentáveis. **Boletim Informativo**: desenvolvimento urbano e meio ambiente, ano 2, n.11, p. 02-03, jul./ago. 1993.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GUIMARÃES, Mauro. Intervenção educacional: do “de grão em grão a galinha enche o papo” ao “tudo junto ao mesmo tempo agora”. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (Org.) **Encontros e caminhos: formação e educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005, p. 191-199.

HAM, Sam H. **Interpretacion ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños**. Colorado: Fulcrum Golden, 1992.

INSTITUTO ROMÃ. **O Instituto Romã**. São Paulo: Instituto Romã. [2005?].

INSTITUTO ROMÃ. **Fundamentos**. Disponível em: <<http://www.institutoroma.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2008.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1999, p. 391-408.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2007

MENDONÇA, Rita. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. In: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 135-154.

\_\_\_\_\_. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. In: TRIGO, Luiz G. G. (Edit.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005a, p. 537-545.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental e ecoturismo**. In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005b, p. 154-169.

\_\_\_\_\_. A proposta da *Sharing Nature* do Brasil. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O desafio do movimento *Sharing Nature* na educação ambiental contemporânea**. Série Documentos Técnicos. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006, p. 16-20.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa nacional de educação ambiental – ProNEA**. 3. ed. Brasília: Edições MMA. 2005.

MURTA, Stella Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stella Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 13-46.

OBB – OUTWARD BOUND BRASIL. **Metodologia**. Disponível em: <<http://www.obb.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2005.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adyr. Ecoturismo: limites do eco e da ética. *In*: \_\_\_\_\_ (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-45.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SERRANO, Célia. A educação pelas pedras: uma introdução. *In*: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 07-24.

SHARING NATURE FOUNDATION. **Flow learning™**. Disponível em: <<http://www.sharingnature.com/FlowLearning.html>>. Acesso em: 09 nov. 2008 (tradução nossa).

VASCONCELOS, Jane Maria de Oliveira. Interpretação ambiental. *In*: MITRAUD, Sylvia (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003, p. 261-294.

WESTERN, David. Prefácio: Como definir o ecoturismo. *In*: LINDBERG, Kreg. HAWKINS, Donald. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 13-22.